



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

S. EXA. EMÍLIA PIRES
Ministra das Finanças
Timor-Leste

ACTUALIZAÇÃO SOBRE O PROGRESSO DE TIMOR-LESTE RUMO AOS ODMs

Acra, Gana
20 de Julho de 2010

- ☐ Conforme entregue
- ☐ Final
- ☒ Rascunho

Senhoras e senhores,

Obrigada por esta oportunidade para me dirigir a vós hoje para falar sobre o progresso de Timor-Leste rumo à concretização dos ODMs.

Em 1999, após séculos de ocupação e de domínio estrangeiro forçado, o povo de Timor-Leste, com o apoio da UNAMET, afirmou o seu desejo há muito sentido de independência, por via do voto nas urnas. A violência e a destruição que se seguiram a este exercício tão democrático foram bem documentadas, pelo que não desejo relembrar aqui uma vez mais a dor do passado de Timor-Leste. Direi apenas que o desafio de reconstruir a nossa nação era imenso.

Não obstante isto, e fruto de um sentimento indomável de auto-determinação e da ajuda da comunidade internacional, Timor-Leste conseguiu entretanto sair do domínio externo e da destruição e tornar-se uma sociedade dinâmica e democrática.

Determinado e empenhado a trabalhar para a concretização dos ODMs e para a criação de prosperidade económica a longo prazo para o nosso povo, Timor-Leste apresenta-se como uma nação com uma visão, uma nação com um plano e com determinação a todos os níveis para conseguir um futuro melhor.

Todavia reconhecemos também que esta visão deve ser mantida de forma colectiva. Para que cada homem, mulher e criança timorense possa retirar os benefícios dos princípios democráticos consagrados na nossa Constituição, ser livre e ter a possibilidade de viver numa sociedade justa e segura, é necessário que esta visão seja partilhada.

Contudo, quando avaliamos o actual contexto de Timor-Leste, o que se destaca, mais ainda que o nosso compromisso nacional para com os ODMs, é o facto de que estamos actualmente a desfrutar também dos benefícios da gestão prudente dos recursos naturais da nossa nação. Através de uma gestão destes recursos com qualidade a nível mundial, conseguimos acumular poupanças superiores a seis mil milhões de dólares. É por esta razão que Timor-Leste está numa posição única em relação a outros países em vias de desenvolvimento, dado que temos uma oportunidade real para investir e melhorar o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do nosso país.

Em resumo, podemos dizer que ao longo da história do nosso país não houve um Governo **mais empenhado e mais capaz** de fazer o trabalho duro necessário para a concretização dos ODMs.

É através destas melhorias na gestão das finanças públicas e dos recursos naturais da nação que somos capazes de planear, por exemplo, a afectação de aproximadamente 30% do orçamento anual para a saúde pública e ensino básico ao longo da próxima década.

Apesar de termos por vezes sentido dificuldades desde a restauração da nossa independência em 2002, Timor-Leste continua a ser uma nação convicta de que entrámos agora no que será a fase seguinte do nosso desenvolvimento nacional. Estamos a avançar rapidamente da fragilidade para a agilidade. Estamos a fazê-lo através de reformas efectivas, políticas sociais e fiscais avançadas e desenvolvimento acelerado, sendo que tudo isto já começou a dar resultados palpáveis.

Recentemente Timor-Leste, em colaboração com as Nações Unidas, encomendou um relatório que resumiu os progressos que fizemos enquanto país e enquanto parceria internacional. Este estudo delineou os avanços conseguidos e os desafios que restam, tendo igualmente identificado mais acções necessárias para cumprir cada um dos 8 ODMs. De seguida apresenta-se um breve panorama de alguns dos factos e conclusões desta análise.

Senhoras e senhores,

O combate ao desemprego é um desafio fundamental.

Estimámos que aproximadamente a cada ano haveria aproximadamente 15.000 novos elementos a ingressar no mercado de trabalho, porém até 2007 o sector privado só oferecia 600 novos empregos. Como tal, uma das nossas maiores preocupações continuará a ser a criação de um ambiente propício ao comércio e à promoção do crescimento do sector privado.

O Governo fez um esforço concentrado para encorajar os agricultores de subsistência a integrarem-se em mercados locais e nacionais, por via da promoção de negócios agrícolas virados para o mercado. Pretende-se com isto conseguir benefícios sociais e económicos para as comunidades, apoiar a geração de rendimentos e melhorar a segurança alimentar a longo prazo.

Aquando da retirada da Indonésia em 1999, cerca de 70% das infra-estruturas do país foram arrasadas. Esta destruição incluiu edifícios escolares, clínicas e outras infra-estruturas essenciais. Deste modo, quando Timor-Leste começou a redigir os seus alvos dos ODMs nas áreas da saúde e da educação, partimos de uma posição de considerável desvantagem.

Em 2008 foi adoptado um novo currículo nacional para o ensino primário, incidindo na erradicação do analfabetismo e na provisão de programas de educação para adultos e de outros programas de alfabetização em todos os 13 distritos de Timor-Leste.

Para lá disto, a recente adopção da Lei Orgânica do Ministério da Educação, da Política de Educação e da Lei Base de Educação contribuiu para o estabelecimento do quadro necessário para um novo sistema de ensino livre e universal, com nove anos de escolaridade obrigatória.

Com estas e outras reformas conseguimos aumentar o número global de crianças que chegam ao 5.º ano de 56% em 2001 para 73% em 2007. Contamos que os dados recolhidos em anos posteriores venham a revelar mais ganhos positivos nesta área.

No que diz respeito à questão do género, as mulheres tiveram um papel vital e altamente respeitado durante os nossos anos de resistência, todavia ainda continuam a existir práticas discriminatórias na escola, no local de trabalho e na família, em resultado da sociedade tradicionalmente patriarcal de Timor-Leste. Ainda assim, também nesta área estão a ser feitos bons progressos.

No dia 8 de Março de 2008 registou-se um marco ao nível dos direitos das mulheres, com a assinatura de uma declaração por parte do Governo, do Parlamento Nacional, da sociedade civil e das igrejas em como todas as partes estão empenhadas na autonomização das mulheres e na obtenção de igualdade entre os géneros.

Os esforços legislativos e políticos do Governo de Timor-Leste continuam a melhorar o papel das mulheres na sociedade timorense, com grande parte deste esforço a ser orientado pelo estabelecimento da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade em 2008, a qual visa fortalecer os direitos das mulheres e promover a igualdade entre os géneros.

As mulheres ocupam posições importantes nos Ministérios do actual Governo, como acontece comigo própria, a Ministra das Finanças, bem como com a Ministra da Justiça e a Ministra da Solidariedade Social. Também em 28 de Junho uma mulher timorense foi eleita como um de doze novos peritos em questões relativas aos géneros no Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres.

Por fim, uma reforma recente e inovadora foi a aprovação em Maio do presente ano da primeira Lei sobre Violência Doméstica em Timor-Leste, obrigando a polícia a investigar crimes de violência doméstica e garantindo que as vítimas têm acesso a assistência médica de emergência, abrigo e serviços de apoio psicossocial e legal. A lei requer também que a questão da violência doméstica seja incluída no currículo escolar.

No que diz respeito à saúde,

Em 2004 foi aprovada a Estratégia Nacional de Vacinação, sendo restabelecidos e alargados serviços de vacinação de rotina através do Serviço Integrado de Saúde Comunitária de Timor-Leste (SISCa).

O nosso Estudo Demográfico e de Saúde, realizado em 2009, revelou uma redução impressionante (perto dos 35%) nas taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de 5 anos, bem como um aumento para perto do triplo da cobertura total da vacinação.

Em 2009 o Programa Nacional de Tuberculose de Timor-Leste **atingiu as duas principais metas globais** no controlo da tuberculose, nomeadamente uma taxa de 75% de detecção de casos, contra um alvo global de 70%, e uma taxa de sucesso de tratamento de 85% entre casos do PEN registados no ano anterior.

A gestão e os cuidados da tuberculose têm sido um desafio devido à reduzida capacidade técnica e às infra-estruturas inadequadas no país, porém apraz-me dizer que os serviços de tuberculose fazem agora parte dos Pacotes de Serviços Básicos do Ministério da Saúde, tendo o Programa Nacional da Tuberculose sido alargado até às instalações de saúde mesmo das zonas mais rurais.

Embora a malária continue a ser uma grande preocupação ao nível da saúde pública, estão a ser feitos bons progressos. Em 2009 Timor-Leste registou uma redução de 50% nos casos de malária relativamente a 2007, bem como uma redução de 31% no número de mortes provocadas pela malária desde 2004.

Senhoras e senhores,

A base de recursos naturais de Timor-Leste permanece frágil, embora constitua actualmente a base financeira de muito do trabalho positivo a ser realizado rumo à concretização dos ODMs.

Com apenas 13% do território adequado para a agricultura, o país debate-se com desafios no que se refere à produção de alimentos em quantidade suficiente para alimentar a nossa população em crescimento. As famílias, especialmente nas terras altas, podem sofrer insegurança alimentar durante quase 4 meses do ano. O Estado está a procurar soluções proactivas para lidar com esta questão, aumentando as taxas de produtividade de alimentos ao mesmo tempo que assegura uma rede de segurança de arroz subsidiado.

Em anos recentes Timor-Leste tem estado empenhado na boa governação, no desenvolvimento e na redução da pobreza, tanto a nível doméstico como internacional.

Em 2009 o Governo estabeleceu a Comissão da Função Pública e a Comissão Anti-Corrupção, tendo-se entretanto juntado ao grupo restrito de apenas três países em todo o mundo a serem considerados cumpridores pela Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva.

Em 2009 as reformas fiscais recém-implementadas deram a Timor-Leste um dos patamares fiscais mais baixos, com o novo regime fiscal a situar-se entre os vinte melhores a nível global, aumentando da 75ª posição para a 19ª no Relatório Doing Business de 2010 do Banco Mundial.

Timor-Leste goza actualmente de um estatuto de observador na ASEAN e espera ter a sua candidatura a membro de pleno direito aprovada até 2012. Fazer parte deste bloco económico e comercial regional irá oferecer benefícios económicos palpáveis, bem como outros benefícios ao nível das trocas sociais e culturais, movimentação livre de mão-de-obra, melhorias na governação doméstica, sistema de justiça mais forte e no geral uma intervenção mais activa na região. Estas melhorias desbravarão igualmente o caminho para a adesão do país à OMC.

O país está fortemente empenhado na promoção da eficácia da ajuda, tal como articulado na Declaração de Paris e na Agenda de Acção de Acra. Uma Unidade de Eficácia da Ajuda no Ministério das Finanças garante actualmente a fiscalização e a gestão de informações sobre assistência externa. Com esta finalidade a Direcção Nacional de Eficácia da Ajuda publica um Relatório de Desembolso de Parceiros de Desenvolvimento com um acompanhamento detalhado da assistência por Ministério, Sector e Distrito. Esta é uma ferramenta importante que beneficia ainda da contribuição atempada à unidade de informações por parte de muitos dos nossos Parceiros de Desenvolvimento. Deste modo Timor-Leste está a avançar rapidamente para uma situação em que assumirá responsabilidade plena pela assistência dos parceiros de desenvolvimento, encorajando o alinhamento desta com as nossas prioridades nacionais.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico (2011 a 2030) a ser lançado em breve, do qual os parceiros de desenvolvimento receberam um resumo em Abril de 2010, irá também garantir que o planeamento a longo prazo pode ser sustentado, permitindo assim uma maior compreensão e um melhor alinhamento entre parceiros de desenvolvimento e o Estado.

Relativamente a outras iniciativas internacionais,

Timor-Leste é também agora Co-Presidente do Diálogo Internacional sobre Construção de Paz e Construção de Estados e Presidente do g7+, um novo agrupamento composto por alguns dos países em situação pós-conflito mais frágeis em todo o mundo. Liderando o diálogo com a comunidade internacional sobre envolvimento internacional em estados frágeis e pós-conflito, Timor-Leste organizou o primeiro Diálogo Internacional em Abril de 2010, no qual representantes de mais de 100 países reuniram-se para assinar a Declaração de Díli.

Agora, senhoras e senhores, olhando para o futuro,

Queremos ver em Timor-Leste uma taxa de 100% de raparigas e rapazes no ensino secundário e uma taxa de 100% de alfabetização entre mulheres e homens dos 15 aos 24 anos de idade. O melhor ensino de raparigas e mulheres conduzirá a mais oportunidades económicas para as mulheres, bem como a uma maior participação das mulheres nos processos de decisão política em todos os níveis da esfera pública.

A visão a longo prazo para Timor-Leste é que até 2030 “Nenhuma criança morra devido a falta de água inadequada, má nutrição ou falta de cuidados de saúde.”

Até 2015, pretende-se que 86% da população urbana e 75% da população rural tenham acesso a melhores fontes de água.

Embora Timor-Leste tenha concretizado as metas dos ODMs relativas à tuberculose e esteja bem encaminhado no que diz respeito à redução da malária, queremos também reduzir a prevalência do VIH / SIDA e aumentar a sensibilização e o conhecimento nesta área. Iremos também continuar a aumentar a cobertura e a qualidade da detecção precoce de casos de malária, a prestar tratamento apropriado e a garantir um uso disseminado de mosquiteiros tratados com insecticida para crianças com menos de cinco anos de idade e para mulheres grávidas.

De modo a prestar apoio sustentável e a longo prazo a todas as metas de Timor-Leste relativamente aos ODMs, iremos continuar com a nossa estratégia primária de diversificação da economia não petrolífera através da criação de condições propícias ao sector privado.

As nossas receitas consideráveis do petróleo serão utilizadas para melhorar as infra-estruturas sociais e para gerar actividades económicas, o que resultará em crescimentos do PIB na ordem dos 8% ao ano, por via de uma melhor produtividade da agricultura, do fabrico e dos serviços, incluindo o aproveitamento do potencial em termos de exportações agrícolas.

Senhoras e senhores, para concluir,

A visão a longo prazo de Timor-Leste passa por “juntar-se ao grupo dos países de rendimentos médios altos” e “erradicar a pobreza extrema” até 2030, conforme articulado no nosso Plano de Desenvolvimento Estratégico. Timor-Leste ficou numa situação de desvantagem considerável em resultado dos eventos de 1999 e da crise de 2006, os quais fizeram com que a nossa atenção passasse a incidir na resposta às necessidades imediatas pós-crise e na restauração da paz e da estabilidade, ao invés de nas políticas a médio e longo prazo necessárias para a concretização dos ODMs.

Embora Timor-Leste continue classificado como um estado pós-conflito, actualmente há pouco que nos impeça de incidirmos com firmeza na passagem de uma situação de fragilidade para uma de paz e estabilidade. Ainda que tenhamos entrado em 2010 como país de baixos rendimentos, temos um forte potencial para nos tornarmos um país com rendimentos médios altos, e quando os timorenses olham para o futuro são ambiciosos sobre o que podem conseguir.

Obrigada.

<FIM>